



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CONTRATO 010/2016

**PREGÃO (PRESENCIAL) 007/2016**  
**PROCESSO Nº 012/2016**

**Contrato de prestação de serviços continuados de 1 (um) posto de serviço de vigilância armada nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, celebrado com a empresa RAE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARTICULAR LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **Marcos Antônio Ferreira da Luz**, brasileiro, casado, portador da CI-RG nº 0497024539 MDEF/EB inscrito no CPF sob nº 414.801.801-06, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **RAE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARTICULAR LTDA-ME**, situada na Rua Riachuelo nº 01996, Qd. 16, Lt. 15, Bairro Samuel Graham, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.292.690/0001-49, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **Adreon Ferreira de Carvalho**, portador da C.I nº 2.559.457 SSP/GO, inscrito no CPF nº 499.677.621-87 e **Elzo Antonio de Campos**, portador da C.I nº 2151815 SSP-GO, inscrito no CPF nº 349.381.331-72, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços continuados, de 1 (um) posto de serviço de vigilância armada nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital, com alicerce na Lei nº 8.666/93, com suas alterações, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 3.555/00, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/14 e no Edital Pregão (Presencial) nº 007/2016, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, a Lei 10.520/02 e no Decreto 3.555/00, ficando os contratantes sujeitos às normas destas, e pelas disposições da Lei nº 8.078/90 que sejam compatíveis com o regime de direito público.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados, de 1(um), posto de serviço de vigilância armada nas dependências da Câmara Municipal de Jataí, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência do Edital Pregão Presencial 007/2016; em regime de execução indireta, empreitada por preço global.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DAS PARTES

#### 3.1 – Constituem obrigações / direitos da contratante:

- 3.1.1 - Nomear Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- 3.1.2 - Vetar o emprego de qualquer atitude que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.1.3 - Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos no edital e minuta do contrato;

3.1.4 - Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

3.1.5 - Rescindir o contrato, inclusive nos casos especificados na Lei 8.666/93;

3.1.6 - Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída a advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Jataí-GO e declaração de inidoneidade;

3.1.7 - Permitir livre acesso dos empregados da contratada às suas dependências para execução dos serviços, respeitadas algumas exceções quanto ao horário de acesso;

3.1.8 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

3.1.9 - Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

3.1.10 - Supervisionar a execução dos serviços e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes;

3.1.11 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou servidor designado como fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros, podendo para isso:

a) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

b) Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

c) Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

d) Receber os objetos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas;

3.1.12- Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de Pessoa por ela credenciada;

3.1.13 - Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;

3.1.14 - Acompanhar a repactuação de preços, conforme a data base da categoria, decorrente de Acordo, Dissídio Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria dos Vigilantes, por seus Sindicatos.

## 3.2 - Constituem obrigações/direitos da contratada:

3.2.1 - Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de Certificado de Curso de Formação de Agente de Vigilâncias, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

3.2.2 - Implantar, imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, a mão de obra no respectivo Posto indicado pela Seção de Portaria e Segurança;

3.2.3 - Fornecer 2 (dois) uniformes por ano e seus complementos à mão de obra envolvida,

2/10



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

conforme a seguir descrito, de acordo com o clima local e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria dos vigilantes, tais como:

- a) Calça;
- b) Camisa de mangas compridas e curtas;
- c) Cinto de nylon;
- d) Sapatos;
- e) Meias;
- f) Boné com emblema da empresa;
- g) Jaqueta de frio ou japonsa;
- h) Capa de chuva;
- i) Crachá;
- j) Revólver calibre 38;
- k) Cinto com coldre e porta munição;
- l) Munição calibre 38;
- m) Distintivo tipo broche;
- n) Livro de ocorrência;
- o) Cassetete;
- p) Porta cassetete;
- q) Apito;
- r) Cordão de apito;
- s) Lanternas e seus acessórios;
- t) Colete balístico.

3.2.4 - A CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos aos seus empregados;

3.2.5 - Quando solicitado, apresentar ao CONTRATANTE a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registros e Porte das Armas" que serão utilizadas pela mão de obra no Posto;

3.2.6 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito e em caso de um deles apresentar qualquer tipo de doenças no local de trabalho, deverá de imediato ser substituído por outro da mesma categoria;

3.2.7 - Oferecer munições de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

3.2.8 - Apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do CONTRATANTE;

3.2.9 - Atender de imediato às solicitações quanto a substituições da mão de obra, qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

3.2.10 - Os supervisores da CONTRATADA deverão, obrigatoriamente, inspecionar o posto no mínimo 01(uma) vez por semana, em dias e horários alternados;

3.2.11 - A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa própria ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio do CONTRATANTE, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

3.2.12 - Responsabilizar integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

*Joy*

*[Signature]*

*[Signature]*



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

- 3.2.13 - Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão dar o devido suporte aos serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- 3.2.14 - Manter seu pessoal de apoio uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, caso necessário;
- 3.2.15 - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;
- 3.2.16 - Pagar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, o salário do empregado utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, exibindo, sempre, as comprovações respectivas;
- 3.2.17 - Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, da CONTRATANTE;
- 3.2.18 - Fornecer à CONTRATANTE fatura mensal dos serviços executados no mês anterior, devidamente autenticada pelo gestor ou fiscal do contrato;
- 3.2.19 - Apresentar, independente de solicitação pela CONTRATANTE, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários e fiscais decorrentes da execução do contrato;
- 3.2.20 - O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação da CONTRATANTE;
- 3.2.21 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 3.2.22 - Responder civilmente por danos e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados, ou de atos dolosos ou culposos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de reparar o dano e/ou prejuízo, inclusive mediante a reposição do bem danificado em condições idênticas às anteriores ao dano ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, após a comunicação que lhe deverá ser feita por escrito. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da garantia de execução ou da fatura do mês;
- 3.2.23 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 3.2.24 - Em caso de eventual ausência, comunicar com antecedência a Administração e enviar um profissional em substituição, em caráter imediato;
- 3.2.25 - Manter disciplina nos locais dos serviços;
- 3.2.26 - Manter a assiduidade e a pontualidade;
- 3.2.27 - Comunicar à Administração da Câmara Municipal de Jataí, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que presenciar ou tomar conhecimento prestando os esclarecimentos que julgar necessários;
- 3.2.28 - Responsabilizar-se por todos os custos, em caso de empregados, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, isentando a Câmara de qualquer responsabilidade;



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.2.29 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 - O valor mensal do presente contrato é de **R\$ 4.400,00** (Quatro mil e quatrocentos reais), e o valor total anual do presente contrato é de **R\$ 52.800,00** (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais). *Joy.*

4.2 - Para efeito do recebimento, a contratante pagará ao Contratado os valores referentes ao cumprimento do objeto desta licitação, conforme Nota Fiscal, que será emitida à Contratante.

4.3- O pagamento, será efetuado até 05 (cinco) dias, contados da apresentação dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e de regularidade junto ao Ministério do Trabalho - Delegacia Regional do Trabalho (por meio da apresentação dos recibos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, nos termos da Lei n.º 4.923/65), comprovante de regularidade do ISSQN; e Nota Fiscal, que deverá ser emitida no primeiro dia útil do mês subsequente da prestação do serviço.

4.4- Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes às penalidades eventualmente aplicadas.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1- Durante o período de vigência, o valor do contrato é fixo e irrevogável, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, caso em que o contrato poderá ser reajustado, com aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo); ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro procedimento licitatório.

5.3 – Em caso de prorrogação, poderá acontecer a repactuação de preços, a qual observará o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, que será contado:

a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

5.3.1 - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço;

5.3.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

5.3.3 - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

5.4 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

5.5 - Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pela CONTRATADA do aumento dos custos, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentada;
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- e) A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade CONTRATANTE.

5.6 - O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

5.7 - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas, durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato;

5.8 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

5.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente;

5.10 - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste PREGÃO (PRESENCIAL), correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Jataí para o Exercício de 2016, Elemento de Despesa 339039/77 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica/Vigilância – conforme informação contida no processo referenciado.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência é de 12 meses, contado da data de sua publicação, podendo ser



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

prorrogados, nos termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93, por até 60 (sessenta) meses;

7.2. A fiscalização do presente contrato ficará sob a responsabilidade do respectivo servidor designado pelo Presidente da Câmara.

## CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O local da prestação do serviço será no edifício sede da Câmara Municipal de Jataí, situado na **Praça da Bandeira nº 96** – Centro – Jataí – GO – CEP – 75.800-020.

8.2. Ao Segurança compete:

8.2.1. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, bem como ao responsável pela Seção de Portaria e Segurança, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

8.2.2. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do preposto da CONTRATANTE, bem como as que entenderem oportunas;

8.2.3. Comunicar ao seu chefe imediato, o qual repassará ao Chefe da Seção de Portaria e Segurança, todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;

8.2.4. Colaborar com as Polícias Cíveis e Militares nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

8.2.5. Inibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável pela Seção de Segurança do CONTRATANTE,

8.2.6. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida do Chefe da Segurança do CONTRATANTE, verificando todas as instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

8.2.7. Assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpo e com aparência pessoal adequada, devendo estar 10 (dez) minutos antes no posto e de posse de acessórios, tais como lápis ou caneta, bloco de papel, apito cassetete, arma, etc..

8.2.8. Receber de maneira polida e educada qualquer pessoa que procure o Órgão sob sua vigilância, informando-o para que se dirija à recepção e, quando for o caso, prestar-lhe informações, orientá-lo, desde que tenha plena convicção;

8.2.9. Impedir a saída de volumes e materiais sem a devida autorização;

8.3. O serviço de vigilância, objeto de contratação, deverá ser realizado por profissional devidamente treinado e credenciado por instituição registrada junto ao Departamento da Polícia Federal, com os cursos de reciclagens atualizados, devendo utilizar da cordialidade, discrição e atenção, zelando sempre pela ordem e segurança das instalações e daqueles que ali labutam.

## CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Compete a um servidor designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO, o acompanhamento e controle da execução deste Contrato, competindo-lhe a atestação de conformidade dos serviços.



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

10.1 - A Contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os permissivos legais estatuídos pela Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 – O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93. *Joey*

11.2 – O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de assinar o termo de contrato quando exigido, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar a documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar com a Câmara e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas prevista neste edital e das demais cominações legais.

11.3 – Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art.87 da Lei 8.666/93, sem prejuízos de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limita sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato. *CH*

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o *[Signature]*



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 – As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, §2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 - As multas aplicadas serão deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou por via de procedimento extrajudicial, conforme o caso.

11.6 – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.7 – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e as consoantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no site Oficial da Câmara e Diário oficial do Município de Jataí.

11.8 – De acordo com artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frutar os objetos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.9 – Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87 da lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

11.10 - No caso de declaração de idoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

11.11 – O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo no setor de protocolo da Câmara Municipal de Jataí, localizado na Praça da Bandeira, 96 – Centro, nos dias úteis das 08h às 11h e das 13h às 17h.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1 - A contratante fará a publicação do extrato deste contrato para os efeitos legais previstos

9/10



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

na legislação pertinente no site oficial da Câmara Municipal de Jataí.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA

13.1 - Este contrato vincula-se, em todos os seus termos, aos mandamentos do Edital PREGÃO (PRESENCIAL) nº 007/2016, seus anexos e às estipulações da proposta de preços da Contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Jataí-GO para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígios decorrentes do presente contrato.

14.2. E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Jataí-GO, 01 de agosto de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**Marcos Antônio Ferreira da Luz**  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
**RAE Vigilância e Segurança Particular Ltda-ME**  
Contratada

### TESTEMUNHAS:

Nome Leison Santos de Aveluz  
CPF 849.422.071-34

Nome Luiza Riscatto Pereira Emerick  
CPF 932.280.231-68

  
**SIMONE R. L. MELO**  
Controle Interno